



*Câmara Municipal da Estância Turística
de São Luiz do Paraitinga - SP*

Rua do Carvalho, 285 - Benfica - CEP 12140-000 • Fones: (12) 3671-1163
CNPJ: 01.208.343/0001-82 Email: camarasaoluiz@gmail.com

Lei Municipal nº. 1.779 de 12 de maio de 2016

*"Fixa os subsídios do Prefeito Municipal e
Vice-Prefeito Municipal da Estância Turística
de São Luiz do Paraitinga para a Legislatura de
2017 a 2020."*

VANDERSON VIRGILIO CAMPOS DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga, no uso das atribuições legais, faz saber que o Prefeito Municipal **SANCIONOU** e ele **PROMULGA** a seguinte Lei.

Art. 1º - O subsídio do Prefeito Municipal corresponderá ao valor de R\$ 10.668,00 (dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais) mensais.

Art. 2º - O subsídio do Vice-Prefeito Municipal corresponderá ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga, aos 12 de maio de 2016.

Vanderson Virgílio Campos dos Santos
Presidente da Câmara

**Texto de Lei publicado em 12 de maio de 2016, em Órgão Oficial do Município, em consonância com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno.*



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03, Centro, CNPJ 46.631.248/0001-51 - Tel/Fax: |12| 3671-7000
Email: prefeitura@saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

Lei nº 1826, de 19 de janeiro de 2017.

“Fixa subsídios dos Secretários Municipais do Poder Executivo”

O Presidente da Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga – Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o plenário aprovou e a Prefeitura Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Os subsídios dos Secretários Municipais, a serem pagos mensalmente e em parcela única, nos termos do art. 39, §4º, da Constituição Federal, corresponderão a R\$ 4.653,73 (Quatro mil seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos).

Art. 2º - A vigência desta Lei fica condicionada à sua publicação. Porém a sua eficácia ficará condicionada à vigência da Lei Complementar que contempla a criação dos Cargos de Secretários Municipais.

São Luiz do Paraitinga, 19 de janeiro de 2017.

Ana Lúcia Bilard Sicherle
Prefeita Municipal da Estância
Turística de São Luiz do Paraitinga

Nótnula: O texto da Lei foi publicado, consoante o permissivo legal previsto na Lei Orgânica do Município de São Luiz do Paraitinga ___ art. 74, § 2º, I _ no dia 19 de janeiro de 2017.

www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03, Centro, CNPJ 46.631.248/0001-51 - Tel/Fax: |12| 3671-7000
Email: prefeitura@saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

LEI Nº 1.894, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

"Dispõe sobre a concessão da Revisão Geral Anual incidente sobre os vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal"

ANA LUCIA BILARD SICHERLE, Prefeita Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ela Sanciona e Promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedido o repasse de 8,93% (oito vírgula noventa e três por cento), a título de revisão geral anual, incidente sobre os vencimentos dos servidores públicos e subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - o percentual indicado no *caput* deste artigo corresponde aos índices inflacionários acumulados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, 6,47% (seis vírgula quarenta e sete por cento) relativos ao período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, e 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por cento) relativos ao período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018.

Artigo 2º - Aos vencimentos dos servidores municipais correspondentes às referências salariais I e II, nos termos da Lei 1.828/17, o repasse será de 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por cento), relativos ao índice inflacionário acumulado no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018, tendo em vista que as mencionadas referências salariais foram contempladas com o repasse de 6,47% (seis vírgula quarenta e sete por cento) no mês de janeiro do exercício de 2017.

Artigo 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão suportadas pelo Orçamento vigente, suplementado se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 1º janeiro de 2018.

São Luiz do Paraitinga, aos 26 de janeiro de 2018.

ANA LUCIA BILARD SICHERLE

Prefeita Municipal

Nóta: O texto da Lei foi publicado, consoante o permissivo legal previsto na Lei Orgânica do Município de São Luiz do Paraitinga __ art. 74, § 2º., I __ no **dia 26 de janeiro de 2018**.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03, Centro, CNPJ 46.631.248/0001-51 - Tel/Fax: |12| 3671-7000
Email: prefeitura@saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

LEI Nº 1.942 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

"Altera a redação do art. 1º, da Lei Municipal nº 1.894/2018, que 'Dispõe sobre a concessão da Revisão Geral Anual incidente sobre os vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal'".

ANA LÚCIA BILARD SICHERLE, Prefeita Municipal de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei Municipal nº 1894, de 26 de janeiro de 2018 passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedido o repasse de 8,93% (oito vírgula noventa e três por cento), a título de revisão geral anual, incidente sobre os vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Luiz do Paraitinga, 03 de dezembro de 2018.

ANA LÚCIA BILARD SICHERLE
Prefeita Municipal

Nótnula: O texto da Lei foi publicado, consoante o permissivo legal previsto na Lei Orgânica do Município de São Luiz do Paraitinga ___ art. 74, § 2º., I ___ no dia 03 de dezembro de 2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

jurisprudência
Página nº 06

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

INVESTIGADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA E PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

OBJETO: apurar eventual irregularidade no reajuste dos subsídios dos vereadores, Prefeita e Vice-Prefeito de São Luiz do Paraitinga

A Promotoria de Justiça de São Luiz do Paraitinga, tendo em vista a representação e documentos que a instruem trazendo indícios de ato de improbidade administrativa pelo reajuste de subsídios de agentes políticos do Município;

CONSIDERANDO que tal conduta, se comprovada, caracteriza ato de improbidade administrativa previsto pelo artigo 10 e 11 *caput* da Lei nº 8.429/1992, sem prejuízo de outras condutas previstas em outros dispositivos da referida lei;

CONSIDERANDO que o inquérito civil, instituído pela Lei nº 7.347/1985, é o meio procedimental adequado para a coleta de elementos probatórios destinados a instruir eventual ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO resolve instaurar **INQUÉRITO CIVIL** com a finalidade de apurar os fatos acima descritos em todas as suas circunstâncias, determinando, desde logo, as seguintes providências:

1. Registre-se no SIS MP Integrado, observando-se as disposições do Ato Normativo nº 665/2010-PGJ-CGMP, fazendo constar como investigados: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA E PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA; o tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Câmara Municipal da Estância
Turística de São Luiz do Paraitinga
Página nº 04

2. Autue-se, rubrique-se e numere-se a presente portaria de instauração de inquérito civil;
3. Não havendo prejuízo ao interesse público, comunique-se aos investigados, via ofício, com cópia da presente portaria, a instauração deste Inquérito Civil (artigo 20 e ss. do Ato Normativo n.º 484-CPJ/2006 e artigo 15, inciso III, do Ato Normativo n.º 664/2010);
4. Determino as seguintes deliberações:
 - a) Oficie-se à Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga, requisitando que seja informado se efetivamente houve a concessão de revisão geral aos vereadores, com base na Lei nº 1.897/2018, bem como o valor do subsídio atual e anterior ao reajuste.
 - b) Oficie-se à Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, requisitando que seja informado se efetivamente houve a concessão de revisão geral à Prefeita e Vice-Prefeito, com base na Lei nº 1.894/2018, bem como o valor do subsídio atual e anterior ao reajuste.
5. Nos termos do artigo 33 do Ato Normativo n.º 484-CPJ/2006 e artigo 1º do Ato Normativo n.º 664/2010, fica designado o(a) Oficial de Promotoria lotado(a) nesta unidade para secretariar os trabalhos;

São Luiz do Paraitinga, 23 de julho de 2018.


NATÁLIA DANELLI RODRIGUES

Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Via de Acesso Ver. José Pinto de Souza, s/n – CEP 12140-000 – Edifício do Fórum – Tel. 3671-1400

São Luiz do Paraitinga, 15 de outubro de 2018

Ofício nº 307/2018

* Inquérito Civil nº 14.435.027/2018-1

(Usar estas referências na resposta)

Excelentíssima Senhora,

Pelo presente, em atenção a vosso *Ofício nº 676/2018*, presto Vossa Excelência, na qualidade de representante legal do Município de São Luiz do Paraitinga, os seguintes esclarecimentos:

Item 1: a **RECOMENDAÇÃO** se estende a todos os agentes políticos que recebem reajuste geral anual em decorrência das Leis Municipais nº 1.894/2018 e 1.897/2018, alcançando, desta forma, os secretários municipais.

Segundo leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, os “agentes políticos são os titulares dos cargos estruturais à organização política do País, isto é, são os ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado e, portanto, o esquema fundamental do Poder. (...) O vínculo que tais agentes entretêm com o Estado não é de natureza profissional, mas de natureza política. Exercem múnus público. Vale dizer, o que os qualifica para o exercício das correspondentes funções não é a habilitação profissional, a aptidão técnica, mas a qualidade de cidadãos, membros da civitas e, por isto, candidatos possíveis à condução dos destinos da sociedade”.

Nestes termos, os secretários municipais são agentes políticos nomeados e, portanto, estão abrangidos pela recomendação.

Item 2: a revogação parcial do artigo 1º, da Lei nº 1.894/2018 para suprimir a expressão “subsídios dos agentes políticos” é suficiente para atender a **RECOMENDAÇÃO**, a fim de não prejudicar o reajuste dos servidores públicos.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

NATÁLIA DANELLI RODRIGUES

Promotora de Justiça

Excelentíssima Senhora
ANA LUCIA BILARD SICHERLLE
DD. Prefeita Municipal de São Luiz do Paraitinga
Praça Dr. Oswaldo Cruz, 3 – Centro
São Luiz do Paraitinga – SP
CEP 12140-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RECOMENDAÇÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio da Promotora de Justiça desta comarca, que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, legitimada pelo *artigo 127, caput, e artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; artigo 1º, caput, artigo 25 e artigo 26, caput e incisos, da Lei Federal n. 8.625/93; artigo 1º, caput, artigo 103 e artigo 104, caput e incisos, e artigo 295, inciso VI, todos da Lei Complementar Estadual n. 734/93; e artigo 1º, inciso I, e artigo 5º, inciso I, ambos da Lei n. 7.347/85; Ato 484/2006 - CPJ; e Ato n. 063/2010 - PGJ, e*

CONSIDERANDO que o direito fundamental difuso da probidade administrativa, decorrente do regime democrático, dos interesses implícitos e dos princípios adotados pela Carta Cidadã de 1988 (artigo 5º, §2º), possui caráter vinculante à Administração Pública, força de interesse fundamental e aplicabilidade imediata (artigo 5º, §1), vindo a integrar o rol de pilares fundamentais da denominada "boa administração".

CONSIDERANDO que o direito fundamental difuso da probidade administrativa é de observância imediata e obrigatória dos agentes e dos entes estatais que integram a Administração Pública, operando como balizador da atividade estatal e constitui-se como fonte de responsabilidade autônoma do Direito Administrativo Sancionador, cujas condutas atentatórias aos seus ditames são passíveis de punição pelas normas estampadas na Lei n. 8.429/92, além de responsabilização na seara administrativa e penal, quando for o caso.

CONSIDERANDO que o direito fundamental da boa administração, onde está contida a probidade, é conceituado como o interesse "à administração pública eficiente e eficaz, proporcional cumpridora de seus deveres, com transparência, motivação, imparcialidade e respeito à moralidade, à participação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

social e à plena responsabilidade por suas condutas omissivas e comissivas", correspondendo a tal direito o dever de ser observada "a cogência da totalidade dos princípios constitucionais que a regem" (FREITAS, Juarez. *O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 36)

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania e a cidadania, cujo poder, emanado do povo, é por ele exercido de forma direta ou indireta (representação), ocorrendo a consagração da soberania popular, primordialmente, por meio do controle sobre os atos da Administração Pública, de forma que os mecanismos para o exercício de tal controle traduzem-se em direito fundamental (STJ - RMS 32.740/RJ, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, 1ª Turma, julgado em 01/03/2011, DJe 17/03/2011);

CONSIDERANDO que o sistema normativo que rege a Administração Pública, formado pelo artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 e pelas legislações de regência das matérias administrativas, impõe a imperiosa necessidade de observância das cogentes normas e princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

CONSIDERANDO que a Administração Pública, ante o fundamento basilar da economicidade, previsto no artigo 70 da Constituição Federal de 1988, tem que buscar, para o atingimento do interesse público e do bem estar social (*Welfare State*), a melhor alocação e utilização possível dos recursos públicos para solucionar ou mitigar os problemas sociais existentes. Ou seja, impõe-se a adoção da solução mais conveniente, razoável e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.894/2018 concede repasse de 8,93%, a título de revisão geral anual, incidente sobre os vencimentos dos servidores públicos e subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal, referente aos índices inflacionários de janeiro de 2016 a janeiro de 2017 e de janeiro de 2017 a janeiro de 2018;

CONSIDERANDO a existência da Lei Municipal nº 1.779/2016, de iniciativa da Câmara Municipal, que fixa os subsídios do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal para o mandato compreendido entre os anos de 2017/2020.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.894/2018 se refere ao Projeto de Lei Municipal nº 04/2018, de iniciativa do Poder Executivo, o que afronta o inciso V, do artigo 29 da Constituição Federal e artigo 144 da Constituição Estadual, uma vez que a iniciativa de lei relativa a subsídios dos agentes políticos municipais é privativa da Câmara Municipal (conforme Lei Municipal nº 1.779/2016 que fixa os subsídios do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal para o mandato compreendido entre os anos de 2017/2020).

CONSIDERANDO que compete exclusivamente ao Poder Legislativo a iniciativa de leis que disponham sobre subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes.

CONSIDERANDO que inexistente direito à revisão geral anual da remuneração aos agentes políticos municipais, porquanto exclusivamente conferido aos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo.

CONSIDERANDO que referida Lei padece de inconstitucionalidade formal de iniciativa e de inconstitucionalidade material por alterar subsídio do agente público municipal anteriormente fixado pela Câmara Municipal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que a Lei 1.897/2018 (PL 13/2018), ao instituir o direito à revisão geral anual dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de São Luiz do Paraitinga, utilizando o termo "subsídio", deixa a entender que abrange os agentes políticos daquele Poder, e padece de inconstitucionalidade por contrastar com o artigo 144 da Constituição Federal, por incompatibilidade com a anterioridade do subsídio em relação à legislatura e a inalterabilidade do subsídio de vereadores durante a legislatura, o que afronta o artigo 29, VI, da Constituição Federal, bem como com os princípios de legalidade e moralidade a que aludem o artigo 111 da Constituição Estadual.

CONSIDERANDO que revisão geral anual é incompatível com o sistema remuneratório dos agentes políticos integrantes do Poder Legislativo Municipal, não se admitindo qualquer alteração de seus subsídios no curso da mesma legislatura, ainda que para recompor seu real valor diante do fenômeno da inflação.

CONSIDERANDO que o artigo 1º de ambas as Leis Municipais estabeleceram equiparação vedada pela Constituição Federal (artigo 37, inciso XIII) aos agentes políticos e servidores públicos.

CONSIDERANDO que, no caso em tela, os vícios contidos na norma de regência fulminam de ilegalidade a revisão efetivada no valor dos subsídios dos vereadores, Prefeita e Vice-Prefeito de São Luiz do Paraitinga.

CONSIDERANDO que foi oficiado ao Procurador-Geral de Justiça para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade das Leis Municipais nº 1.894/2018 e 1.897/2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RECOMENDA à Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga e à Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga, pessoas jurídicas de direito público interno, à Prefeita Municipal **ANA LÚCIA BILARD SICHERLE**, ao Vice-Prefeito **EDSON PIRES DOS SANTOS**, aos seus substitutos legais, ao Presidente da Câmara Municipal **MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS**, e vereadores da Câmara Municipal, bem como aos demais agentes políticos, que venham a receber o reajuste geral anual decorrente das Leis Municipais nº 1.894/2018 e 1.897/2018:

1 - Se **abstenham** de receber o índice de reajuste geral anual estabelecido pelas Leis Municipais nº 1.894/2018 e 1.897/2018, **determinando** o imediato retorno do valor dos subsídios da Prefeita e do Vice-Prefeito ao estabelecido pela Lei Municipal nº 1.779/2016 (R\$ 10.668,00 correspondente ao subsídio do Prefeito Municipal e R\$ 4.000,00 correspondente ao subsídio do Vice-Prefeito Municipal, conforme fls. 111), e dos vereadores, ao estabelecido na respectiva sessão legislativa (R\$ 5.500,00 correspondente ao subsídio do vereador Presidente da Câmara; R\$ 4.600,00 correspondente ao subsídio do Vereador 1º Secretário; e R\$ 4.000,00 correspondente ao subsídio dos demais vereadores, conforme fls. 45).

2 – **Revoguem** a Lei Municipal nº 1.894/2018; e revoguem, de forma parcial, retirando o termo “subsídio”; a Lei Municipal nº 1.897/2018, a fim de sanar os vícios acima apontados.

Ressalta-se que eventual recusa de Vossas Excelências em acatar a presente recomendação configurará o dolo caracterizador da prática do ato de improbidade administrativa, tornando-o passível de suportar as consequências advindas de tal conduta.

ALERTA que o não cumprimento das recomendações acima referidas importará na tomada das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, inclusive no sentido da apuração da responsabilidade civil, administrativa e mesmo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal da Estância
Turística de São Luiz do Paraitinga
Página nº 15

criminal dos agentes que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação do ordenamento jurídico brasileiro nesta matéria, mais especificamente em relação aos normativos acima mencionados, atos de improbidade administrativa por vulneração aos princípios da legalidade e moralidade que compõem o sistema principiológico que rege a Administração Pública.

Por fim, requisito que Vossas Excelências, no prazo de 10 dias, informem as providências adotadas.

Termos em que,
pede deferimento.

São Luiz do Paraitinga, 27 de setembro de 2018.

NATÁLIA DANELLI RODRIGUES

Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Via de Acesso Ver. José Pinto de Souza, s/n - CEP 12140-000 - Edifício do Fórum - Tel. 3671-1400

São Luiz do Paraitinga, 15 de outubro de 2018

Ofício nº 307/2018

* Inquérito Civil nº 14.435.027/2018-1

(Usar estas referências na resposta)

Excelentíssima Senhora,

Pelo presente, em atenção a vosso *Ofício nº 676/2018*, presto Vossa Excelência, na qualidade de representante legal do Município de São Luiz do Paraitinga, os seguintes esclarecimentos:

Item 1: a **RECOMENDAÇÃO** se estende a todos os agentes políticos que recebem reajuste geral anual em decorrência das Leis Municipais nº 1.894/2017 e 1.897/2018, alcançando, desta forma, os secretários municipais.

Segundo leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, os "agentes políticos são os titulares dos cargos estruturais à organização política do País, isto é, são os ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado e, portanto, o esquema fundamental do Poder. (...) O vínculo que tais agentes entretêm com o Estado não é de natureza profissional, mas de natureza política. Exercem múnus público. Vale dizer, o que os qualifica para o exercício das correspondentes funções não é a habilitação profissional, a aptidão técnica, mas a qualidade de cidadãos, membros da civitas e, por isto, candidatos possíveis à condução dos destinos da sociedade".

Nestes termos, os secretários municipais são agentes políticos nomeados e, portanto, estão abrangidos pela recomendação.

Item 2: a revogação parcial do artigo 1º, da Lei nº 1.894/2017 para suprimir a expressão "*subsídios dos agentes políticos*" é suficiente para atender a **RECOMENDAÇÃO**, a fim de não prejudicar o reajuste dos servidores públicos.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

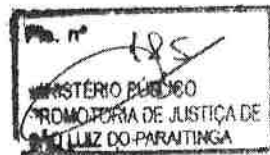
NATÁLIA DANELLI RODRIGUES

Promotora de Justiça

Excelentíssima Senhora
ANA LUCIA BILARD SICHERLLE
DD. Prefeita Municipal de São Luiz do Paraitinga
Praça Dr. Oswaldo Cruz, 3 - Centro
São Luiz do Paraitinga - SP
CEP 12140-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Promotoria de Justiça São Luiz do Paraitinga
Objeto: eventual irregularidade no reajuste dos
subsídios do Prefeito, Vice-prefeito e vereadores
Autos nº 14.0435.0000027/2018-1

Vistos.

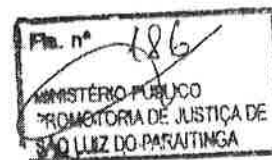
Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar eventuais irregularidades no reajuste de subsídios de agentes políticos do Município, fato noticiado pela representação acostada a fls. 2, acompanhada de documentos [fls. 3/13].

De acordo com o apurado, as Leis nº 1894/18 [referente ao Poder Executivo] e 1897/18 [Poder Legislativo] concederam reajuste anual aos servidores de cada poder – de forma adequada e legítima –, bem como aos agentes políticos – fato investigado, visto contrariar o princípio da anterioridade esculpido na Constituição, além de violar as regras de iniciativa legislativa, no que tange à lei de reajuste anual dos vereadores [lei de iniciativa do Executivo, no caso concreto].

Promotoria de Justiça de Taubaté



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



O texto da Lei 1894/18 foi encartado a fls. 36, com cópia do processo legislativo a fls. 22/36.

A fls. 97/111, foi acostado todo o processo legislativo da Lei Municipal nº 1779/16, a qual fixou o subsídio do Prefeito em R\$ 10.668,00 e do Vice-Prefeito, em R\$ 4.000,00 para o mandato de 2017 a 2020.

Recomendação foi expedida a fls. 113/118 para que medidas fossem tomadas para que as Leis 1894/18 e 1897/18 fossem revogadas e que os reajustes não fossem aplicados aos subsídios.

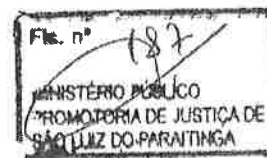
A recomendação foi atendida, sendo publicadas as leis 1935/18 e 1942/18, suprimindo-se dos textos originais a expressão "*subsídios de agentes políticos*".

Medidas administrativas, portanto, foram capazes de solucionar o problema.

Tendo as leis sido publicadas em janeiro de 2018 e revogadas em outubro do mesmo ano, os subsídios foram reajustados efetivamente em março, sendo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



a lei presumivelmente aplicada até a revogação, ou seja, outubro de 2018.

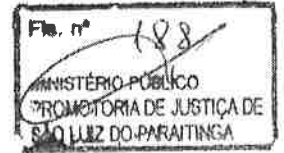
Resta decidir sobre os valores recebidos nesse período.

Se por um lado a norma continha vícios, o que tornaria ilegal o recebimento de valores, por outro, há de se reconhecer a boa fé dos agentes políticos que não estabeleceram grandes percentuais como reajuste nem receberam valores vultosos como subsídios. Ademais, a remuneração desses agentes pode ser considerada de natureza alimentar [em tese, irrepetível], respaldado por precedente do TJ. Reajuste que foi idealizado à luz de parecer do TCE [fls. 62/92].

Nesse ponto, deve-se ressaltar o precedente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em ação direta de inconstitucionalidade, apreciando caso análogo, julgou inconstitucional a lei de Presidente Alves que concedia aumento semelhante e concedeu efeito "ex nunc" para a declaração de inconstitucionalidade, afirmando serem irrepetíveis os valores recebidos durante o período de vigência da lei guerreada [fls. 48/52].



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

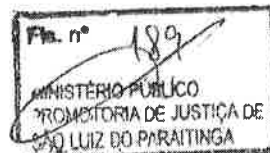


Nesses termos, no confronto entre os valores acima enunciados, entendo que a cobrança dessa diferença não deve ser feita, pois, s.m.j., padece de legitimidade e falta interesse de agir.

A remuneração pelo trabalho exercido pelo agente político pode ser considerada de natureza alimentar, devendo ser aplicada analogicamente o entendimento de que tais verbas impassíveis de serem cobradas via ação judicial.

O reajuste anual não configura um privilégio. É, na realidade, recomposição da remuneração, corroída com a inflação. Os agentes políticos, sujeitos ao regime do subsídio, sabemos quão difícil é a sobrevivência sem dissídios ou reajustes anuais. Entretanto, mantido o ordenamento atual, não há como subverter a norma e autorizar esse aumento. É preciso prestigiar o regime instituído até ser derogado ou revogado.

Consigno que tal posicionamento não configura estímulo a adoção do mesmo comportamento pelo Executivo e Legislativo no futuro, visto que, diante do que foi aqui discutido e debatido, deixando expresso o ponto de vista constitucional e legal dos reajustes dos



agentes políticos, futura lei concessiva do mesmo aumento não será vista como conduta marcada pela boa fé, mas, sim, ato doloso de improbidade administrativa, pois, já conhecido o vício e a impossibilidade de reajuste aos agentes políticos, cujos **subsídios tem de ser, por ora, fixados pela legislatura anterior.**

Como já se disse, os percentuais 8,93% e 2,95% não implicam em valores vultosos nem foram auferidos por grande lapso de tempo, motivo pelo qual, dentro do princípio da cedência recíproca no conflito de direitos, somado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e ao que acima foi exposto, o presente inquérito civil pode ser arquivado.

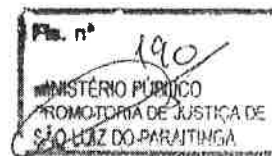
Ante a solução obtida, com fulcro no artigo 99, inciso I do Ato nº 484/06 – CPJ, determino o ARQUIVAMENTO destes autos.

Nos termos do artigo 100 do Ato 484/06, determino:

1. No prazo de 3 dias, remetam-se os autos para revisão da promoção de arquivamento pelo E. CSMP;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



2. Comunique-se ao representante, facultando a interposição de recurso no prazo de 10 dias, cujas razões poderão, nos termos do § 2º do artigo 100, serem acostadas aos autos do IC;
3. Encaminhe-se cópia da promoção de arquivamento ao CAO;
4. Notifiquem-se os representados;
5. Façam-se os registros e anotações necessários junto ao SISMP.

Cumpra-se.

Taubaté, 12 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MOURÃO MAFETANO

Promotor de Justiça

[auxiliando]



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03, Centro, CNPJ 46.631.248/0001-51 - Tel/Fax: |12| 3671-7000
Email: prefeitura@saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

Despacho

Gabinete

Ref.: Protocolo nº 2959-5/2018 - PMSLP

Inquérito Civil nº 14.435.027/2018-1 – Promotoria de Justiça de São Luiz do Paraitinga
“REVISÃO GERAL ANUAL – AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”

Sr. Secretário de Justiça,

Considerando a RECOMENDAÇÃO expedida pelo Ministério Público nos autos do Inquérito Civil em epígrafe, a qual será acatada pela Administração, para que os subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários) retornem ao valor anterior à concessão da revisão geral anual, efetivada através da Lei Municipal nº 1.894/2018, solicito providências para que seja elaborado o competente projeto de lei para envio ao Legislativo, para fins de suprimir a expressão “subsídios dos agentes políticos”, constante no artigo 1º, da referida Lei.

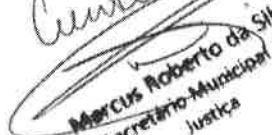
Igualmente, solicito que seja o presente despacho comunicado às Secretarias de Administração e Finanças para fins de adoção das medidas necessárias à alteração do valor dos subsídios dos agentes políticos, conforme acima mencionado.

Cumpra-se.

São Luiz do Paraitinga, aos 19 de outubro de 2018.


Ana Lucia Bilard Sicherle
Prefeita Municipal

www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

Vistos
Ciente: 19/10/18

Marcus Roberto da Silva
Secretário Municipal
Justiça



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03, Centro, CNPJ 46.631.248/0001-51 - Tel/Fax: |12| 3671-7000
Email: prefeitura@saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

Protocolo 2959-5/2018

Ref.: Ofício 307/2018
IC 14.435.027/2018-1

Em resposta ao pedido formulado, encaminho à Diretoria de Recursos Humanos para providências, no sentido que os subsídios dos agentes políticos retornem ao valor anterior à concessão da última revisão geral anual.

Encaminhe-se o presente à Secretaria Municipal de Finanças para ciência, devolvendo o expediente à Secretaria Municipal de Justiça.

São Luiz do Paraitinga, 22 de outubro de 2018.


FABIO AUGUSTO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA
(Lei Estadual nº11.197 de 05 de Julho de 2002)
Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000
Telefones 0 XX 12 36717000 - FAX: 0 XX 12 -36717003
Site: www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

Protocolo nº 2959/2018
Ref.: Ofício 307/2018
IC 14.435.027/2018-1

Em atendimento ao protocolo 2959/2018 referente ao ofício 307/2018 sobre o IC 14.435.027/2018-1, informo que o valor dos subsídios dos Agentes Políticos (Secretários, Prefeito e Vice-Prefeito) desta Prefeitura Municipal, foram revistos e regularizados a partir deste mês de novembro, conforme recomendação da Promotoria de Justiça.

São Luiz do Paraitinga, 05 de novembro de 2018.


CÉLIA REGINA ALVES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração - Substituta



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Via de Acesso Ver. José Pinto de Souza, s/n – CEP 12140-000 – Edifício do Fórum – Tel. 3671-1408

São Luiz do Paraitinga, 12 de fevereiro de 2019.

Ofício nº 021/2019

* Inquérito Civil nº 14.435.0027/2018-1

Excelentíssima Senhora,

Pelo presente, notifico Vossa Excelência da promoção de arquivamento dos autos do procedimento em epígrafe, cópia inclusa.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.


ALEXANDRE MOURÃO MAFETANO

Promotor de Justiça

Excelentíssima Senhora

ANA LUCIA BILARD SICHERLLE

DD. Prefeita Municipal de São Luiz do Paraitinga

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 3 – Centro

São Luiz do Paraitinga – SP

CEP 12140-000



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000.

Telefones 0 XX 12 36717000

prefeitura@saoluizdoaparaitinga.sp.gov.br

SÃO LUIZ DO PARAITINGA- SP

São Luiz do Paraitinga, 03 de julho de 2020.

Com a finalidade de atender as solicitações da Requisição de Documentos SLPF - 11/2020, contribuindo com a instrução do processo que trata das admissões de pessoal, no Concurso Público 01/2018,02/2018 e 03/2018, ocorridas no exercício de 2019...

Certifico, para os devidos fins que todas as Declarações de Bens dos Agentes Políticos, encontram-se arquivados junto aos prontuários dos mesmos.

Certifico também que não há acúmulo de cargo/função para nenhum Agente Político .

Esperando haver satisfeito as exigências legais, aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de respeito e consideração.

ROSEMEIRE COELHO PIRES DE CASTILHO

Diretora do Departamento de Pessoal

Ao
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Regional de Guaratinguetá - SP



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03, Centro, CNPJ 46.631.248/0001-51 - Tel/Fax: |12| 3671-7000
Email: prefeitura@saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

ITEM 3

CERTIDÃO

**RUDNEY ISRAEL SANTOS DIAS, SECRETÁRIO
DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA, SP.,**

CERTIFICA,

a fim de instruir Processo de Acompanhamento das Contas do exercício de 2021 – REQUISIÇÃO Nº 09/22 da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, que no período em análise **não houve Fixação dos subsídios dos Agentes Políticos.**

São Luiz do Paraitinga, 09 de maio de 2022.


**RUDNEY ISRAEL SANTOS DIAS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**